

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras tem valorização de R\$ 15,6 bi em um dia	5
Título: Distribuidoras temem corrida aos postos sem subsídio	6
Título: Eletrobras arrecada R\$ 1,3 bi em leilão com baixa competição	8
Título: Governo estuda mudar prazo para antecipar concessões	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Setor têxtil volta a consumir mais energia após três quedas	10
Título: Leilão de ativos da Eletrobras não atinge meta e arrecada R\$ 1,3 bi	11
Título: Prestes a ser concluída, Belo Monte é criticada por atingidos e especialistas	13
Título: Petrobras aceita pagar R\$ 3,4 bilhões para encerrar ação nos EUA	16
Título: Garimpos de ouro no PA despejam ‘uma Samarco’ a cada 11 anos	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Demanda firme por ativos de energia	19
Título: Faísca	20
Título: Efeitos colaterais	20
Título: Petrobras faz acordo de R\$ 3,6 bi nos EUA	23
Título: Leilão de quatro áreas do pré-sal hoje pode render R\$ 6,8 bilhões	24
Título: Leilão da Eletrobras arrecada R\$ 1,3 bi, abaixo do esperado	26
VEÍCULO: Correio Braziliense	27
Título: Petrobras limpa a barra nos EUA	27
Título: Eletrobras arrecada R\$ 1,3 bi	28
Título: A luta de Ometto contra a unificação do ICMS	30
VEÍCULO: Valor Econômico	30

Título: Setor vive clima otimista para último leilão do pré-sal sob Temer	30
Título: Fim de subsídio ao diesel preocupa distribuidoras.....	32
Título: Renda hidrelétrica.....	33
Título: Petrobras fecha acordo nos EUA com autoridades para evitar processos.....	35
Título: Destaques	40
Título: Eletrobras se desfaz de ativos e fica perto da meta da dívida.....	41
Título: Prumo quer refinaria no Porto Açu até 2030	43
Título: Petróleo liderou alta das commodities em setembro	44

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/09/2018****Seção: Economia****Autor: Henrique Gomes Batista - Correspondente E Bruno Rosa****Título: Caso encerrado**

Petrobras paga R\$ 3,6 bi em acordo nos EUA após Lava-Jato

WASHINGTON E RIO- Quatro anos depois da Operação Lava-Jato revelar o escândalo de corrupção na Petrobras, a estatal fechou um acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e com o órgão regulador do mercado de capitais americano (SEC, na sigla em inglês), que põe fim a todas as investigações. A estatal pagará US\$ 853,2 milhões (ou R\$ 3,6 bilhões) para encerrar o caso.

Para analistas de mercado, o compromisso marca uma virada de página para a estatal, e as ações da petroleira subiram mais de 6% ontem, com isso a companhia voltou a ser a segunda mais valiosa da Bolsa. O Departamento de Justiça dos EUA aceitou o argumento da Petrobras de que ela foi vítima de um esquema fraudulento por parte de sua antiga diretoria.

"Executivos nos mais altos níveis da Petrobras, incluindo membros de sua diretoria e conselho de administração, facilitaram o pagamento de centenas de milhões de dólares em propinas a políticos e partidos brasileiros e depois ocultaram o suborno dos investidores e reguladores", afirmou, em nota, Brian

A. Benczkowski, procurador-geral assistente da Divisão Criminal do Departamento de Justiça.

80% FICAM NO BRASIL

O acordo abrange casos de corrupção e impactos no mercado de ações entre 2003 e 2012. O objetivo da investigação era apurar se a atuação da empresa violava a Lei de Práticas Corruptas Estrangeiras (FCPA, na sigla em inglês).

A decisão foi importante porque era possível chegar à conclusão de que a Petrobras era uma "organização criminosa" e, com isso, banir as atividades da empresa no país. Agora, o acordo serve como um "atestado" de idoneidade da companhia. Como a Petrobras já havia feito acordo com acionistas minoritários, a partir de agora, ela fica integralmente livre para operar nos EUA.

No documento assinado com o Departamento de Justiça, a Petrobras se responsabiliza pelos atos de ex-executivos e diretores que violaram regras legais sobre registros contábeis e controles internos, mas não se declara culpada pelos atos. Isso vale também para a SEC. O acordo inclui ainda o Ministério Público Federal, no Brasil, que participou das investigações.

Na avaliação de Robert Johnson, diretor assistente da Divisão de Investigação Criminal do FBI, o pagamento de US\$ 853,2 milhões deve agir "como um impedimento para qualquer um que pretenda cometer esse tipo de fraude no futuro".

Os termos do acordo pre-veem que 10% do montante (US\$ 85,3 milhões ou R\$ 360 milhões) serão destinados ao Departamento de Justiça. O mesmo valor será repassado à SEC. Os 80% restantes (US\$ 682,6 milhões ou R\$ 2,88 bilhões) serão pagos ao Ministério Público Federal, no Brasil, em termo no qual não há atribuição de culpa ou dolo à empresa.

Em comunicado, a Petrobras esclarece que o pagamento no Brasil será usado conforme o previsto no acordo, o que inclui programas sociais e educacionais voltados para a promoção da transparência no setor público. Os pagamentos serão registrados no balanço da companhia do terceiro trimestre.

CONTA DA CORRUPÇÃO

Presente ao encerramento da Rio, Oil & Gas, no Riocentro, o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, destacou que 80% dos recursos do acordo serão destinados ao Brasil. Ele ressaltou que a estatal valia R\$ 60 bilhões, em 2015,

quando chegou à diretoria da empresa e que, ontem, superou os R\$ 300 bilhões.

— Agora, vamos juntos construir o futuro. Não tem mais sofrência. A crise acabou— disse.

A leitura do mercado é que os termos do acordo anunciado ontem foram positivos para a estatal, pois o pagamento é inferior ao de outros termos firmados por empresas brasileiras nos EUA. Odebrecht e Braskem, por exemplo, aceitaram pagar, em dezembro de 2016, US\$ 3,5 bilhões em acordos pelos atos de corrupção, no maior acordo da história do governo americano.

Desde que foram revelados os casos de corrupção na Lava-Jato, a Petrobras já conseguiu recuperar R\$ 2,5 bilhões desviados. Mas a conta da corrupção foi alta para a companhia. Em 2015, ela fez uma baixa contábil de R\$ 6,2 bilhões no balanço em razão dos projetos superfaturados, executados sem compromisso com a melhor alocação de recursos.

No começo deste ano, a estatal também registrou nas próprias contas o impacto do ressarcimento de US\$ 2,95 bilhões aos seus acionistas minoritários nos EUA, no maior acordo global deste tipo de ação. Desde a Lava-Jato, a Petrobras já fez baixas contábeis motivadas não só por corrupção como pela revisão de projetos que somam R\$ 50,8 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/09/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Para ilustrar

Opinião do Globo

À MARGEM do volumoso e crescente noticiário sobre as eleições, chega a informação de que a Petrobras pagará US\$ 853 milhões de multa para encerrar investigações do Departamento de Justiça dos Estados Unidos abertas a partir do desmantelamento do esquema de corrupção montado na empresa e descoberto pela Lava-Jato.

NO INÍCIO do ano, a Petrobras já desembolsara US\$ 2,9 bilhões para acabar com uma ação coletiva de investidores americanos contra ela, instaurada pelo mesmo motivo. A coincidência com a campanha é ilustrativa, porque os bilhões

gastos pela estatal para encerrar processos são mais um sólido atestado de que o lulopetismo atuou mesmo criminosamente dentro da empresa, um dos temas abordados na campanha.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/09/2018

Seção: Economia

Autor: Glauce Cavalcanti, Bruno Rosa, Rennan Settie Gabriel Martins

Título: Petrobras tem valorização de R\$ 15,6 bi em um dia

Estatual supera Ambev e passa a ser a segunda empresa mais valiosa na Bolsa brasileira. Desfecho de investigação nos EUA abre caminho para crédito mais barato e reforça tese de defesa em outros processos

A divulgação do acordo histórico da Petrobras nos Estados Unidos agradou ao mercado e levou a estatal a ganhar R\$ 15,6 bilhões em valor de mercado num só dia, bem mais que os cerca de R\$ 3,6 bilhões que vai pagar para encerrar investigações sobre corrupção naquele país.

As ações da empresa tiveram forte valorização no pregão de ontem da Bolsa de São

Paulo, a B3. As ações ordinárias (ON, com direito a voto) subiram 4,88%, fechando em R\$ 24,50. Já as preferenciais (PN, sem direito a voto) tiveram alta de 6,29%, cotadas a R\$ 21,46. Além do desfecho, a valorização do petróleo no mercado internacional favoreceu a Petrobras, cujo valor de mercado no fim do dia era de R\$ 302,5 bilhões. Assim, a estatal voltou a ser a segunda empresa mais valiosa da Bolsa brasileira, superando a Ambev. Perde apenas para a Vale.

Para analistas, o acordo resultará em menores custos de financiamento para a estatal e acesso ao mercado americano. A empresa reforçou a tese de que foi vítima do esquema de corrupção, que poderá ser usada em outras ações.

— Com esse acordo, a Petrobras vira a página da Lava-Jato. O investidor estrangeiro leva muito a sério o passivo com a Justiça. Isso vai melhorar as condições da petroleira para captar recursos lá fora e atrair investimento internacional — avalia Raphael Figueredo, da Elevant Financial Research.

O acordo se somou à melhora dos resultados financeiros da Petrobras este ano. No segundo trimestre, a estatal teve lucro líquido de pouco mais de R\$ 10 bilhões, bem acima do ganho de R\$ 316 milhões registrado em igual período de 2017. Foi o melhor resultado para o período desde 2011.

— O acordo só tem aspectos positivos. Ele é fundamental para eliminar incertezas para a Petrobras e para o mercado de petróleo em geral — diz Roberto Castelo Branco, diretor do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Fundação Getulio Vargas (F GV).

VALOR ALTO COMPENSA

Para Michel Sancovski, sócio do Tauil & Chequer, o acordo aumenta chances de sucesso em outras ações judiciais, como as que tramitam no Brasil e na Holanda. A Justiça de Roterdã avalia pedido de indenização de acionistas por perdas em função da corrupção na Petrobras, que tem sede internacional naquele país.

— A tese de que a empresa foi vítima de uma diretoria corrupta já dispensada pode ser usada em outros processos — diz Sancovski.

O advogado José Guilherme Berman, sócio do escritório Barbosa, Müssnich, Aragão, avalia que o valor a ser pago no acordo é alto, mas compensa por permitir emissões de títulos no mercado financeiro americano e captações a juros menores, viabilizando investimentos. Ele destaca que, como a companhia teve papel colaborativo, não precisará de um monitor de conformidade.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/09/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Distribuidoras temem corrida aos postos sem subsídio

Com o fim da subvenção ao diesel, em dezembro, e a alta do petróleo, empresas receiam que haja repasse aos preços nas bombas

Com o fim do subsídio do diesel marcado para o dia 31 de dezembro deste ano, as principais distribuidoras do país mostram preocupação com uma possível corrida aos postos de combustíveis. O presidente da BR, Ivan de Sá, disse que ninguém sabe o que vai acontecer a partir do dia 1º de janeiro. Ele participou de um painel promovido pelo jornal Valor Econômico, na Rio Oil & Gas, no Riocentro. A BR tem cerca de 8.000 postos no Brasil.

— Se houver corrida aos postos, vamos estar preparados para isso, com aumento dos estoques. Hoje, essa política de estoques está normal. Mas, se

houver essa sensibilidade, vamos falar com os clientes para aumentar isso — afirmou Sá.

A preocupação ocorre porque o executivo disse que a BR está trabalhando com o cenário do fim do subsídio do diesel. O temor é que, com a alta do petróleo no mercado internacional, com o barril acima de US\$ 80, haja um forte repasse aos preços nas bombas.

— Entendemos que haverá a volta da sistemática de preços livres. O aumento do preço do petróleo e do dólar causam preocupação em torno do preço que será praticado. Estamos preparados para qualquer cenário, como a criação de um colchão de tributos para amortecer a alta do petróleo — comentou Sá.

Na última quarta-feira, em palestra na Rio Oil & Gas, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, destacou que o subsídio ao diesel é um tema importante a ser negociado e discutido com o governo de transição: — O subsídio não é uma solução estrutural, de longo prazo. Mas tem que se pensar em uma solução estrutural para a questão.

QUEDA NAS VENDAS

A Raízen, segunda maior distribuidora do país, também demonstrou preocupação com uma possível corrida aos postos. A empresa suspendeu investimentos de até R\$ 2 bilhões em logística por causa da interferência do governo no mercado de diesel. Durante o evento no Riocentro, o presidente da empresa, Luis Henrique Guimarães, defendeu que é preciso criar uma rampa de alta de preços por conta do fim do subsídio: — Defendemos uma gradualidade. Dois meses passam rápido, e é preciso trabalhar firme. É preciso uma transição para o fim do subsídio, como uma rampa.

A crise gerada pela greve dos caminhoneiros reduziu as vendas das empresas, destacou Sá, da BR. Hoje, a companhia tem um participado de cerca de 24% no país. Além disso, a BR ainda discute com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) o recebimento de cerca de R\$ 25 milhões em relação ao diesel vendido com desconto por conta do subsídio.

— Com a greve, o volume de vendas em 2018 está menor que no ano passado. A economia poderia estar melhor, pois vem crescendo abaixo do que esperávamos. Além disso, o preço maior dos combustíveis está levando o consumidor a buscar opções mais baratas, como etanol e gás. E ainda houve uma racionalização do uso do carro — apontou Sá, que prevê investir cerca de R\$ 1 bilhão neste ano, pouco mais que no ano passado.

(Bruno Rosa)

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/09/2018****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: Eletrobras arrecada R\$ 1,3 bi em leilão com baixa competição**

Estatual vende participações em empresas de energia eólica e de transmissão. Investidores arrematam 11 dos 18 blocos ofertados. Ágio médio foi de 2%

A Eletrobras vendeu ontem suas participações em 26 empreendimentos de geração eólica e de transmissão de energia, distribuídas em 11 lotes, em um leilão realizado na Bolsa de São Paulo, a B3, que resultou em R\$ 1,29 bilhão no total para o caixa da empresa. Embora o resultado tenha ficado bem abaixo da expectativa de arrecadação da Eletrobras, que era de R\$ 3,1 bilhões, o resultado foi comemorado pelo presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr., porque os recursos serão usados para reduzir a dívida da companhia, hoje em R\$44,4 bilhões.

A meta inicial não foi alcançada porque nem todos os ativos ofertados pela Eletrobras tiveram interessados no leilão de ontem. No total, a Eletrobras havia ofertado participações em 71 sociedades de propósito específico (SPEs), distribuídas em 18 blocos pelo valor mínimo de R\$ 3,1 bilhões.

O valor arrecadado poderia ter sido maior se tivesse havido mais competição — apenas dois lotes foram negociados acima do preço mínimo, o que levou o ágio médio do certame a apenas 2%.

O resultado também ficou abaixo do projetado por analistas, que não viam uma disputa agressiva na licitação, mas não esperavam que tantos projetos ficassem sem oferta, que foi o caso dos empreendimentos mais caros.

POUCA ATRATIVIDADE

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro, as baixas taxas de retorno dos projetos foram um dos motivos para a falta de interessados em alguns ativos. Na visão dele, a incerteza eleitoral e a oferta de muitos ativos juntos também afugentaram investidores.

Os principais vencedores do leilão em número de lotes arrematados foram a transmissora de energia Taesa, controlada pela Cemig e pela colombiana Isa, e a elétrica Alupar. A primeira ficou com três lotes e a segunda com dois. A Alupar

ainda levou um terceiro lote como integrante do consórcio Olympus VI. A Copelea Equatorial Energia, também arremataram empreendimentos, um cada, assim como Brennand Energia, J. Malucelli e Serradas Vacas Participações.

O presidente da Eletrobras disse que vai avaliar com os órgãos envolvidos no processo uma forma de se desfazer das participações que não foram vendidas no leilão. Na próxima semana, a Eletrobras vai se reunir com o BNDES, que conduz o processo de venda dos ativos, e a comissão de licitação da estatal para avaliar alternativas e submeter aos órgãos de administração da companhia e de controle do governo (TCU e ministérios do Planejamento, Fazenda e **Minas e Energia**) as medidas que serão tomadas.

Segundo Wilson Ferreira Jr., a estatal recebeu algumas queixas de potenciais compradores sobre os prazos previstos no edital, que não foram suficientes para a análise dos ativos.

— Vamos avaliar como tratar essas manifestações. Porém, o importante é que continuaremos perseguindo as vendas. Vendemos 11 de 18 lotes, e ainda tivemos ágio de 2,1% no total — disse o executivo.

— Com esses recursos já nos aproximaremos do objetivo de termos uma relação entre dívida líquida e Ebitda (geração operacional de caixa) muito próxima de três vezes.

No último balanço, relativo ao segundo semestre, essa relação era de 3,4 vezes. A Eletrobras contabilizava no fim de junho dívida total de R\$ 17,6 bilhões.

(Com Reuters)

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/09/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: Governo estuda mudar prazo para antecipar concessões

Ideia é licitar ainda este ano 12 aeroportos, a ferrovia Norte-Sul e três terminais portuários

BRASÍLIA- Amenos de cem dias para o fim mandato do presidente Michel Temer, o governo quer mudar prazos para realizar ainda este ano mais três leilões, incluindo 12 aeroportos, uma ferrovia (Norte-Sul) e três terminais

portuários. Para isso, quer reduzir de cem para 45 dias o intervalo entre a publicação dos editais e a realização da licitação. O próprio Temer havia elevado o prazo para cem dias para dar mais segurança aos investidores. No entanto, agora, o Planalto quer fazer o caminho inverso.

A ideia é defendida pelo ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e por técnicos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Já o ministro dos Transportes, Valter Casimiro, e sua equipe técnica defendem que os certames só ocorram em 2019. O argumento é que, como não haverá tempo hábil para assinar os contratos, o presidente eleito pode cancelar tudo. Segundo técnicos, não vale a pena fazer os leilões apenas para mostrar que está entregando os projetos.

Os defensores da realização dos certames ainda este ano argumentam que, quanto mais o governo avançar nas etapas, maior será o ônus político caso o novo presidente decida anular as concessões. O martelo será batido na próxima semana, quando haverá uma reunião dos integrantes do PPI.

REALIZAÇÃO EM DEZEMBRO

Caso haja redução no prazo, os técnicos trabalham com a possibilidade de realizar o leilão dos aeroportos e da Norte-Sul no dia 21 ou 28 de dezembro. Ainda faltam pequenos ajustes sugeridos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a publicação dos editais. Também se cogita licitar três terminais portuários de Belém.

O prazo de cem dias foi uma das principais mudanças no plano de concessões do atual governo. Foi defendido enfaticamente pelo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, um dos responsáveis pela criação do PPI. A explicação era que os investidores interessados acabavam desistindo porque, em 45 dias, não conseguiam contratar estudos e analisar os projetos para fazer um lance.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Setor têxtil volta a consumir mais energia após três quedas

Mercado Aberto

O setor têxtil e de vestuário voltou a consumir mais energia no mercado livre (em que grandes clientes escolhem seus fornecedores) em agosto, após três quedas consecutivas na comparação com o mesmo mês de 2017.

A alta foi de 0,32%, segundo a Comerc. A comercializadora contabiliza a energia demandada pela indústria de calçados nessa mesma categoria. No portfólio da Ecom Energia, o segmento usou 3% mais energia em agosto.

O consumo das empresas automotivas e de autopeças segue como o que mais sobe no portfólio da Comerc, com 8%, mesmo percentual observado pela Ecom. Na Capital e, o incremento é de 11%.

O consumo de energia pode ser considerado um indicador antecedente.

"O ramo vinha mais devagar. Essa alta está relacionada à maior produção para coleções futuras", afirma Marcelo Ávila, vice-presidente de operações da Comerc.

"O mercado livre tem crescido em quase todos os setores, especialmente nas regiões onde a tarifa das distribuidoras é mais cara. A indústria de tecidos, uma das que vinham em queda, tem reagido", diz Paulo Toledo, sócio da Ecom.

"Viemos de um movimento ruim, efeito da greve dos caminhoneiros e da economia lenta. A produção vai crescer até dezembro, mas esperamos receita estável para 2018", diz o presidente da Abit (do setor têxtil), Fernando Pimentel.

A indústria, que iniciou este ano com expectativa de alta de 3,5% no faturamento, projeta agora estabilidade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Leilão de ativos da Eletrobras não atinge meta e arrecada R\$ 1,3 bi

São Paulo- A Eletrobras arrecadou R\$ 1,3 bilhão com a venda de sua participação em ativos de geração eólica e de transmissão de energia, em um leilão com baixa competição e lotes sem interessados.

Inicialmente, a estatal pretendia levantar R\$ 3,1 bilhões com a venda das participações, que foram divididas em 18 lotes.

No entanto, não houve propostas para sete deles no certame, realizado nesta quinta-feira (27), em São Paulo.

A competição fraca já era esperada, por causa do prazo curto que os investidores tiveram para analisar os lotes e o fato de que a participação da

Eletrobras na maior parte dos projetos era minoritária, o que afastou companhias que preferem ter o controle dos empreendimentos.

A combinação desses fatores favoreceu os sócios que já tinham participação nos ativos: além de já conhecerem bem os empreendimentos, o que facilita a análise, viram uma oportunidade de ampliar sua fatia ou assumir o controle nos projetos.

Apenas dois lotes foram arrematados por grupos de fora, que ainda não tinham participação no ativo.

O resultado foi considerado "um sucesso" pelo presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior.

"Nosso objetivo era terminar este ano com alavancagem [endividamento em relação à geração de caixa] abaixo de 3 vezes. No primeiro semestre, estava em 3,4. Como resultado de hoje chegamos bem perto da meta, com cerca de 3,1", afirmou.

Os recursos das vendas deverão entrar no caixa da companhia ainda neste ano.

Eles representam cerca de 7,4% da dívida líquida da estatal no primeiro semestre (último dado divulgado).

O leilão desta quinta é parte de um plano de reestruturação da estatal que vem sendo conduzido pelo presidente desde meados de 2016, quando assumiu.

As medidas têm reduzido o endividamento da estatal, que chegou ao fim de junho deste ano em R\$ 17,6 bilhões.

A reestruturação inclui também a venda das distribuidoras da Eletrobras, a redução do número de funcionários, renegociação de passivos, entre outros.

Após o leilão, Ferreira afirmou que a Eletrobras tentará leiloar novamente os lotes que não foram arrematados nesta quinta.

"Eram os lotes maiores, o pessoal precisaria de um tempo maior. O interesse de vender continua o mesmo."

O interesse mais baixo ocorreu entre os empreendimentos eólicos: dos oito lotes, cinco não receberam proposta, e os demais foram vendidos pelo preço mínimo, sem disputa.

Os ativos de transmissão atraíram mais interesse e concorrência, embora dois lotes não tenham recebido oferta.

Os resultados de dois lotes — aqueles vencidos por empresas de fora, que não eram sócias no ativo — ainda podem ser alterados, porque o edital prevê o direito de preferência dos acionistas que já têm participação.

É o caso da Copei, que venceu a disputa pela linha de transmissão de Uirapuru e do consórcio Olympus VI, que levou um lote de linhas na Amazônia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Prestes a ser concluída, Belo Monte é criticada por atingidos e especialistas

Norte Energia admite que estudos hidrológicos feitos são inconclusivos?
Mudança na vazão de rios para abastecer usina muda fauna e hábitos?
Hidrelétrica será terceira maior do mundo

As mudanças no rio começaram no final de 2015, quando a usina de Belo Monte cingiu o rio Xingu em dois. Na Volta Grande, onde moram jurunas e araras, a água escasseia. Dezenas de quilômetros rio acima, o reservatório cobriu casas e roças. Em ambas comunidades, a adaptação à realidade tem futuro incerto.

A mudança na vazão se deve à barragem de Pimental, que represou o Xingu pouco antes da Volta Grande, e do Canal de Derivação, de 20 km, que desvia parte da água do rio até a casa de força principal.

No caso da Volta Grande — chamada de "trecho de vazão reduzida" pela empresa Norte Energia —, o volume de água deve diminuir ainda mais no ano que vem, quando as últimas nove turbinas, de um total de 25, serão inauguradas.

Um dos impactos mais temidos é a extinção, na natureza, de peixes endêmicos à Volta Grande, que se diferencia do restante do Xingu pelo complexo de Pedrais e Corredeiras.

Entre eles está o acari-zebra, a espécie de peixe mais ameaçada da Amazônia. Além do habitat cada vez menor, o tráfico de animais colabora para o quase desaparecimento desse pequeno bagre — a venda de peixes ornamentais é uma fonte de renda dos jurunas.

Em carta recente à Folha, o superintendente socioambiental e de assuntos indígenas da Norte Energia, José Hilário Portes, admitiu que os estudos das

mudanças na Volta do Rio Grande "são inconclusivos", mas atribuiu a diminuição do acari-zebra ao tráfico.

Questionada sobre a declaração, a Norte Energia afirmou, via assessoria de imprensa, que as condições ecológicas da Volta Grande estão asseguradas por meio do "hidrograma de consenso".

Trata-se de um esquema hidrológico por meio do qual foram estabelecidas as quantidades mínimas de vazão para que a região mantenha o equilíbrio socioambiental, incluindo a preservação da fauna e garantia do modo de vida tradicional da população.

A Norte Energia ressalta que o hidrograma foi aprovado pela ANA (Agência Nacional de Águas) e pelo Ibama, mas os jurunas afirmam que não foram devidamente consultados e que a vazão menor ameaça a permanência na Volta Grande.

"A vida mudou, mudou tudo. E, eu vejo que nada compensa, nem carro nem caminhonete nem micro-ônibus nem casa nem estrutura de escola de qualidade", diz a líder Bel Juruna, 31, sobre as benfeitorias pagas pela Norte Energia.

"Nada compensa o que a gente tinha antes, que era a certeza de que o local oferecia condições de vida. Hoje, a gente tem tudo isso, mas não tem o mais importante, a segurança de permanecer aqui."

Para cuidar melhor das tartarugas, hoje amontoadas em caixas d'água e outros recipientes, dona Graça, como é conhecida, está aos poucos construindo um tanque de cimento, usando o dinheiro que ganha vendendo artesanato, roupa e bijuteria.

Devolvê-las ao rio seria pena de morte, diz. "Não tem mais como elas viverem no rio. Tem lugar que parece que tocaram fogo, mas é a sequeidão."

A Norte Energia afirma que o monitoramento não detectou, até o momento, alteração na dieta das tracajás.

Para chegar ao barraco de Milton de Castro, 26, é preciso ser um exímio piloto e navegar entre o "paliteiro", como são chamados os trechos de floresta mortos pelas águas do reservatório. O perigo vem de cima também: a chuva e o vento costumam derrubar grandes galhos secos.

São cerca de dois anos improvisados ali. À espera do reassentamento, a família de Castro mora numa área emprestada pelo cunhado, que conseguiu seu lote

dentro da APP (Àrea de Preservação Permanente), às margens dos 359 km² do reservatório principal.

Para sustentar seis crianças, a família conta com o salário de merendeira da mulher, Dianne, e de uma pequena roça ao redor da casa, além de uma mensalidade de R\$ 900 paga pela Norte Energia.

Eletricidade, só de gerador, pouco usado por causa do custo. Para assistir a um filme na TV, diz Castro, é preciso queimar 3,5 litros de gasolina.

Ao todo, esperam reassentamento cerca de 270 famílias de ribeirinhos que habitavam as ilhas e o beiradão engolidos pela água.

Uma das principais lideranças, o pescador Leonardo Batista, o Aranor, 59, foi um dos deslocados. Como parte da sua indenização, a Norte Energia disponibilizou uma casa em Altamira, hoje uma das cidades mais violentas do país.

"Não respeitaram o direito de ninguém", diz Aranor, ainda sem o seu lote. "Eles queriam que nós nos cansássemos, mas continuamos lutando".

A Norte Energia não respondeu à pergunta por email sobre o reassentamento na APP mas afirmou que "as iniciativas cumprem o previsto no Projeto Básico Ambiental".

"Apesar das 24 ações já propostas, entendo que ainda não conseguimos mensurar o passivo deixado por Belo Monte, em especial por não terem sido realizadas ações indispensáveis à viabilidade do empreendimento, como a proteção das terras indígenas", afirma Thais Santi, procuradora da República em Altamira.

"O custo socioambiental do empreendimento foi transferido aos atingidos. Precisamos conhecer o preço da destruição para saber quanto realmente custa a energia produzida em Belo Monte."

Segundo o Sistema de Informações do Potencial Elétrico Brasileiro (Sipot), há 119 hidrelétricas em planejamento, 23 em operação e 2 em construção na Amazônia Legal.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, construir grandes hidrelétricas na Amazônia perdeu o sentido, pois a transformação tecnológica no setor energético permite escolher fontes de menor impacto.

Outro porém é a exigência de construir as usinas alió d'água (com reservatório pequeno), o que deixa a produção vulnerável aos ciclos de cheia e seca. Construir Belo Monte a fio d'água foi um erro, diz.

"Traria mais benefícios se tivesse sido permitido construir com [grande] reservatório."

Colaborou Mo nica Prestes, de Manaus; a viagem dos repórteres foi paga pela Rainforest Foundation Norway (RFN)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras aceita pagar R\$ 3,4 bilhões para encerrar ação nos EUA

Estatual afirma que acordo reconhece que a empresa foi vítima do esquema descoberto pela Operação Lava Jato

Rio de Janeiro- A Petrobras vai pagar multa de US\$ 853 milhões (R\$ 3,4 bilhões ao câmbio atual) para encerrar investigações do DoJ (Departamento de Justiça dos Estados Unidos) sobre os crimes de corrupção descobertos pela Operação Lava Jato, segundo acordo anunciado nesta quinta-feira (27) pela estatal.

A companhia foi multada também em US\$933 milhões (R\$ 3,8 bilhões) pela SEC, o xerife do mercado de ações americano, mas o valor foi descontado de acordo feito com investidores no início do ano, quando a empresa desembolsou US\$ 2,9 bilhões (cerca de R\$ 10 bilhões) para encerrar um processo coletivo movido por detentores de ações na bolsa de Nova York.

"Os acordos atendem aos melhores interesses da Petrobras e seus acionistas e põem fim a incertezas, ônus e custos associados a potenciais litígios nos Estados Unidos", afirmou a companhia em comunicado a investidores.

Com o acerto, a estatal encerra disputas relacionadas ao esquema de corrupção investigado pela Operação Lava-jato nos Estados Unidos. A empresa enfrenta ainda um processo de arbitragem movido por investidores no Brasil e uma ação coletiva na Holanda.

O acordo prevê o pagamento de 10% do valor total a cada autoridade americana. Os 80% restantes vão compor um fundo para programas sociais e educacionais voltados à promoção da transparência, cidadania e conformidade no setor público, monitorado pelo Ministério Público Federal.

As ações preferenciais da estatal subiram 6,29% após o acordo, a R\$ 21,46, elevando seu valor de mercado a R\$ 306 bilhões, superando a Ambev (R\$ 290,6 bilhões) e tornando a Petrobras a segunda maior empresa brasileira em Bolsa.

A Petrobras vinha sendo investigada pelo DoJ desde 2014, quando veio à tona o esquema de corrupção. Segundo a estatal, o acordo reconhece que a empresa foi vítima do esquema e afasta a possibilidade de ações criminais na Justiça daquele país.

"Pelo acordo, o DoJ também reconhece a situação de vítima da Petrobras deste esquema de corrupção e a SEC reconhece a atuação da companhia como assistente de acusação em mais de 50 ações penais no Brasil)", disse a empresa. Até agora, a Petrobras recuperou R\$ 2,5 bilhões como ressarcimento por perdas causadas pela corrupção.

Com o acordo, encerram-se os processos nos EUA envolvendo os crimes da Lava-Jato.

No início do ano, a companhia anunciou o pagamento de US\$ 2,9 bilhões (R\$ 10 bilhões, na cotação da época, para por fim a ação coletiva movida por investidores que compraram papéis da companhia na bolsa de Nova York.

A Petrobras vai reconhecer provisão de R\$ 3,6 bilhões em seu balanço do terceiro trimestre para pagar a multa e tributos relacionados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/09/2018

Seção: Cotidiano

Autor: Fabiano Maisonnave

Título: Garimpos de ouro no PA despejam 'uma Samarco' a cada 11 anos

Manaus - Os garimpos ilegais despejam no rio Tapajós o equivalente a um acidente da Samarco a cada n anos, aponta laudo da Polícia Federal. Nesta quarta-feira (26), foi deflagrada uma operação contra o comércio ilegal de ouro no Pará e em São Paulo.

De acordo com a PF, são lançados por ano 7 milhões de toneladas de sedimento no rio Tapajós, um dos maiores da Amazônia. No acidente de Mariana (MG), em 2015, o rio Doce recebeu cerca de 80 milhões de toneladas de rejeito.

O cálculo foi feito a partir da coleta de sedimentos na foz de afluentes do Tapajós na região de Itaituba, sudoeste do Pará. É a maior área de garimpo ilegal de ouro do país. Entre os rios mais devastados estão o Rato, o Crepori e o Jamanxim.

"Além do assoreamento dos rios, com consequente prejuízo para fauna, flora e também para a navegação, há o prejuízo ao turismo e balneabilidade das praias,

que perdem o atrativo da água translúcida, e o carreamento de poluentes, como mercúrio e cianeto, detectados em quase todos os afluentes que sofrem com a mineração", afirma o perito da PF Gustavo Geiser, responsável pelo relatório.

O volume é tão grande que altera a cor do Tapajós por centenas de quilômetros. Ainda que de forma mínima, esses sedimentos chegam até a região turística de Alter do Chão, na foz do Tapajós.

Área tradicional de garimpo, abacia do Tapajós vive um novo boom nos últimos anos, após a introdução das PCs (escavadeiras), equipamentos que provocam uma destruição várias vezes maior do que os métodos mais antigos.

Para combater a lavagem de ouro clandestina no Tapajós, a PF e o Ministério Público Federal realizaram a Operação Levigação, que resultou no bloqueio judicial de R\$ 187 milhões de bens dos investigados.

Um deles é o empresário Dirceu Frederico Sobrinho, proprietário da D'Gold e candidato a primeiro suplente de senador na chapa de Flexa Ribeiro, que concorre à reeleição. Ambos são filiados ao PSDB.

Nesta quarta, a PF cumpriu mandados de busca e apreensão nos escritórios da D'Gold em Itaituba e em São Paulo. Ao todo, foram oito mandados contra três empresas. O delegado Gecivaldo Vasconcelos preside o inquérito.

Os crimes investigados são usurpação de bens da União, funcionamento ilegal de instituição financeira e lavagem de ativos. Somadas, as penas podem ser de 19 anos de prisão.

"O ouro retirado ilegalmente é comprado pelas empresas usando declarações falsas e emissão de notas fiscais para dar aparência de que o ouro tem origem legal", afirma Ricardo Rodrigues, chefe da delegacia da PF em Santarém.

Na avaliação da PF, a bacia do Tapajós sofre um cenário de descontrole, com mais de 90% dos garimpos agindo na ilegalidade e produzindo a custo baixo, pois não seguem legislação ambiental. Essa produção é vendida sem deságio a compradores autorizados, que não se preocupam com a origem ilícita.

Procurada pela reportagem, a D'Gold negou qualquer irregularidade. Afirmou também que Sobrinho é o presidente da Anoro (Associação Nacional do Ouro), por meio da qual combate o contrabando do metal.

O nome da operação é uma referência a um processo usado para separar o ouro de outras partículas com o uso da água, que faz uma espécie de lavagem do mineral.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/09/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Demanda firme por ativos de energia

Mais do que o valor dos ativos vendidos, o leilão de participações da Eletrobrás realizado ontem em São Paulo mostrou o interesse despertado pelos investidores no setor energético. Isso permitiu transferir a grupos privados e estatais um conjunto de linhas de transmissão e empresas de geração eólica localizadas em várias regiões.

Muitos investidores já eram sócios das empresas vendidas e querem consolidar posições. Outros identificaram oportunidades numa conjuntura de dificuldades para o setor de energia, marcada por um regime pluviométrico desfavorável que resultou em declínio do nível dos reservatórios. As usinas térmicas operam em ritmo elevado e, como o custo dessa geração é alto, o consumidor paga caro pela energia.

No leilão, a Eletrobrás conseguiu arrecadar R\$ 1,3 bilhão com a venda de 11 dos 18 lotes oferecidos. A empresa comemorou o resultado, que fortalece sua administração financeira, mas ainda busca saídas para vender os sete lotes restantes, avaliados em no mínimo R\$ 1,8 bilhão.

Após enormes prejuízos nos últimos anos, a estatal depende do ingresso de novos recursos para reduzir seu endividamento, da ordem de R\$ 44,4 bilhões, e melhorar seus demonstrativos financeiros. O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior, comemorou o resultado do certame: "Consideramos que foi um sucesso porque vendemos os ativos de geração e transmissão nos preços que foram colocados".

Na maioria dos lotes não houve ágio. Num dos lotes havia dois interessados, mas nenhum quis oferecer mais que o preço mínimo, e foi feito um sorteio, vencido pela Alupar. Ágio de 20,3% foi registrado na venda do lote de 75% das ações da Uirapuru Transmissora, arrematado pela estatal paranaense Copel por R\$ 105 milhões. O consórcio Olympus VI pagou ágio de 10% para adquirir 49% da Amazônia- Eletronorte Transmissora.

A participação da Eletrobrás nas empresas se dava sob a forma de sociedades de propósito específico (SPEs), que detinham entre 1,5% e 99,99% das ações das empresas vendidas. Em agosto, a estatal já havia vendido o controle das distribuidoras Eletroacre, Boa Vista e Ceron, as três localizadas na Região Norte. A Ceal, de Alagoas, ainda não pode ser vendida, por determinação judicial. O leilão da distribuidora Amazonas Energia está marcado para 25 de outubro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 28/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Sonia Racy****Título: Faísca**

Direto da Fonte

Depois que o CEO da Engie Eduardo Sattamini avisou, quarta-feira, que o grupo não tinha interesse no leilão da Cesp, as ações da empresa simplesmente despencaram. E ontem elas praticamente voltaram ao mesmo patamar.

Mesma moeda

Durante debate no Mackenzie, ontem cedo, entre assessores econômicos dos presidenciáveis, Persio Arida destacou: monopólio estatal é tão ruim para a economia quanto monopólio privado. Ele detalhou que, no Brasil, só existem quatro monopólios estatais: o da Petrobrás no refino dos derivados do petróleo, o da Caixa Econômica nos depósitos do FGTS, o monopólio estatal dos Correios e o monopólio estatal da exploração de minerais nucleares.

Dias Toffoli debate a Justiça do Brasil em almoço do IASP. Hoje, no Hotel Intercontinental.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 28/09/2018****Seção: Espaço Aberto****Autor: Pedro Cavalcanti****Título: Efeitos colaterais**

Até a Suécia, modelo atual de economia próspera e sociedade justa, foi durante largo período terra atrasada e faminta, cercada por previsões sombrias. Nada dava certo. Fatores altamente positivos por si só produziram efeitos colaterais desastrosos. Em 1850, a vacinação em massa contra a varíola e a introdução da

batata como complemento da dieta, baseada até então no trigo, haviam derrubado a mortalidade infantil. Além disso, os suecos não conheciam guerras desde os conflitos com a Rússia em 1809 e com a Dinamarca em 1814. Mas sem peste e sem guerras, métodos imemoriais de controle populacional, o número de suecos dobrara em um século e continuava a crescer. Já não havia comida para todos.

O bispo Esaias Tegnér resumiu o paradoxo em poucas palavras: "Paz, vacinação e batatas criaram um país que não conseguia alimentar seus filhos". As propriedades agrícolas familiares, em que 90% da população vivia, foram se subdividindo entre o número cada vez maior de filhos até se tornarem inviáveis. Fugindo da miséria nos campos, os suecos foram se acumulando nas favelas de Estocolmo.

Em 1845 teve início o processo de imigração em massa, que levaria um quinto dos suecos – 1 milhão numa população de 5 milhões – pelo caminho do exílio. Amontoados ao relento no convés dos veleiros, a maioria dirigiu-se aos Estados Unidos, mas houve quem escolhesse o Brasil. Entre eles, Herman Theodor Lundgren, fundador das Casas Pernambucanas.

Essa pequena nota histórica serve a dois propósitos. O primeiro é lembrar que a História dos países é feita de altos e baixos, sem que os momentos favoráveis justifiquem espasmos de arrogância nem os momentos de crise motivem episódios de depressão nacional. O otimismo alvar dos tempos do "Brasil grande", durante a ditadura, foi tão insensato quanto o pessimismo atual.

O segundo propósito é lembrar como as melhores iniciativas podem desencadear efeitos colaterais desastrosos. Se a queda da mortalidade infantil levou à fome na Suécia de ontem, o aumento da esperança de vida no Brasil e em numerosos outros países no mundo de hoje causou a falência do sistema previdenciário.

Mas o objetivo principal destas linhas não é rediscutir a necessidade da reforma da Previdência, mas chamar a atenção para outra excelente notícia cujos efeitos colaterais, embora dramáticos, despertaram até o momento pouca ou nenhuma atenção. O entusiasmo, amplamente justificado, pela ação da Lava Jato fez o País esquecer os cientistas, engenheiros, técnicos e operários jogados na rua da amargura do desemprego, sem culpa alguma no cartório.

É muita gente. Levantamento publicado pelo Estado em dezembro de 2016 mostrava que apenas nos três primeiros anos de atividade da Lava Jato as dez maiores empresas envolvidas nas suas malhas já haviam demitido 600 mil pessoas. Para se ter uma ideia, o município de Santos conta atualmente com

433 mil habitantes e só na Odebrecht o número de funcionários caíra de 180 mil para 80 mil.

Por seu porte, a Petrobrás havia realizado os maiores cortes em termos absolutos entre as companhias consultadas, mas houve reduções relativamente maiores, como a da Engevix, que diminuiu seu efetivo em 85%. Já Queiroz Galvão, Engevix, OAS e Mendes Júnior haviam entrado com pedido de recuperação judicial.

Além do estresse a que é submetida qualquer pessoa à procura de nova colocação, sobretudo em época de crise nacional, os funcionários demitidos das empreiteiras viram-se obrigados durante as entrevistas a suportar a desconfiança, quando não insinuações e até piadas de mau gosto, como se o fato de terem trabalhado numa empresa liderada por envolvidos na Lava Jato fosse um estigma.

Muitos não conseguem separar os erros de gestão da Petrobrás dos inegáveis êxitos dos seus profissionais. No mesmo saco são jogados os desacertos da compra de refinarias a preços irrealistas e os êxitos do pré-sal, muitas vezes desfigurados ou simplesmente negados sob o impacto das paixões políticas. Dados oficiais afirmam que a produção média no pré-sal passou de 41 mil barris/dia em 2010 ao patamar de 1 milhão em meados de 2016. Um crescimento de 24 vezes.

Dos dez poços com maior rendimento no Brasil, nove deles estão localizados nessa área, que em pouco mais de dez anos de exploração já se tornou responsável pela metade da produção brasileira. Libra, um dos maiores e mais promissores projetos já desenvolvidos pela indústria offshore, apresenta reservatórios com colunas de óleo que chegam a 400 metros de espessura. Mas como a origem dessas informações é a própria Petrobrás, já nascem envoltas numa onda de desconfiança generalizada, do tipo "é tudo mentira".

Dessa forma, os efeitos colaterais da Lava Jato atingem não só o emprego dos funcionários da Petrobrás e das empreiteiras que possibilitaram a exploração do pré-sal – feito notável da tecnologia brasileira, reconhecido mundialmente –, mas também a credibilidade e a respeitabilidade dos nossos cientistas, técnicos e engenheiros.

Sabe-se, é bem verdade, que o pré-sal não resolverá todos os problemas brasileiros, como por si só o petróleo não resolve os problemas de nenhum país. Se alguma dúvida restasse, aí está o exemplo da Venezuela, afogada num oceano de petróleo e problemas. Sabe-se igualmente que mais cedo ou mais tarde todos os combustíveis sólidos estão fadados a ser substituídos por fontes de energia limpa. É um caminho sem volta.

Como lembrou uma personalidade da Arábia Saudita criticada por incentivar investimentos em energias alternativas num país onde o petróleo parece inesgotável, "a Idade da Pedra não acabou por falta de pedras". Mas leve-se em conta que o êxito da transição do petróleo e do carvão para o uso de energia eólica e solar dependerá da qualidade dos cientistas, engenheiros e técnicos. No Brasil não estão sendo tratados com o merecido respeito.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/09/2018

Seção: Economia

Autor: Rodrigo Petry Com Agências Internacionais

Título: Petrobrás faz acordo de R\$ 3,6 bi nos EUA

Estatul aceitou pagar multa para encerrar investigações de autoridades americanas sobre a Lava Jato; valor será pago ao longo de um ano

A Petrobrás aceitou pagar uma multa de US\$ 853 milhões, ou R\$ 3,6 bilhões (incluindo impostos), para encerrar as investigações relacionadas à Operação Lava Jato nos EUA. O acordo foi fechado com o Departamento de Justiça (DoJ) e com a SEC, xerife do mercado de ações americano. Segundo a estatal, o acordo põe fim a incertezas e custos associados a potenciais litígios nos EUA.

A notícia foi bem recebida por investidores e fez com que as ações da estatal ficassem entre os maiores destaques da Bolsa brasileira ontem. Os papéis registraram alta de 5,75% (PN) e 4,41% (ON), o que representa um aumento de R\$ 15,8 bilhões no valor de mercado da petroleira em apenas um dia. Com a valorização, a Petrobrás superou a Ambev e se tornou a segunda maior empresa brasileira da Bolsa.

A agência de classificação Moody's ressaltou em relatório que o valor acordado é "significativamente menor que o inicialmente esperado para o encerramento das investigações". No início do ano, a Petrobrás já havia concordado em pagar US\$ 3 bilhões (ou quase R\$ 10 bilhões) para encerrar uma ação coletiva movida por investidores que se sentiram lesados por supostas perdas registradas após o escândalo de corrupção.

No acordo divulgado ontem, o Departamento de Justiça nos Estados Unidos reconhece que a Petrobrás foi "vítima" do esquema de corrupção que envolveu ex-executivos e ex-diretores investigados pela Operação Lava Jato. A estatal, por sua vez, se responsabiliza pelos atos desses executivos, que violaram a legislação americana.

Os comunicados das autoridades americanas foram duros. O diretor assistente do FBI, Robert Johnson, disse que a multa "deve servir para dissuadir qualquer um que busque esse tipo de fraude no futuro". "Esse caso prova que nenhuma companhia está acima da lei e que a corrupção que ultrapassa fronteiras não será tolerada nos EUA."

Captação. A SEC lembrou que a companhia brasileira captou bilhões de dólares de investidores americanos, na megacapitalização realizada em 2010, "enquanto seus executivos operavam um esquema expressivo de propinas e corrupção".

A Petrobrás pagará US\$ 85,3 milhões ao DoJ e US\$ 85,3 milhões à SEC. Os outros US\$ 682,6 milhões serão depositados pela estatal em um fundo especial no Brasil, após acordo que ainda será assinado com o Ministério Público Federal. "Esse valor será usado segundo os termos e condições do acordo a ser celebrado, incluindo destinação para vários programas sociais e educacionais visando à promoção da transparência, cidadania e conformidade no setor público", informou a petroleira. Os valores serão desembolsados ao longo de um ano.

Analistas do banco UBS afirmam que o acordo alcançado com autoridades dos EUA parece pôr um fim às reivindicações do governo americano envolvendo a Petrobrás e a Operação Lava Jato. Eles lembram, no entanto, que a petroleira é alvo de outras três ações que ainda estão em curso no Brasil, na Argentina e na Holanda. "Essas reivindicações estão nos estágios iniciais e acreditamos que levará algum tempo até que tenhamos alguma expectativa sobre seus resultados."

Em abril do ano passado, a Justiça americana impôs à Odebrecht uma multa de US\$ 2,6 bilhões, a serem pagos ao Brasil, Suíça e EUA, após a empresa ter admitido que manteve um esquema de propinas ao longo de 15 anos em mais de uma dezena de países. A empreiteira enfrentava o risco de ser multada em US\$ 4,5 bilhões, mas alegou que não poderia pagar mais de US\$ 2,6 bilhões. Em dezembro de 2016, a Braskem já havia feito um acordo comprometendo-se a pagar US\$ 957 milhões para autoridades no Brasil e no exterior. / RODRIGO PETRY COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/09/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Leilão de quatro áreas do pré-sal hoje pode render R\$ 6,8 bilhões

Governo Temer realiza seu último leilão de petróleo com o produto no maior nível de preço em 4 anos, US\$ 80/barril

Às vésperas das eleições e com o barril do petróleo no maior nível dos últimos quatro anos, acima de US\$ 80, o presidente Michel Temer realiza hoje o último leilão de petróleo do seu governo. Se conseguir vender as quatro áreas de pré-sal da 5.ª Rodada de Partilha, vai arrecadar R\$ 6,82 bilhões ainda neste ano, quando os contratos forem assinados. Em 35 anos, mais R\$ 180 bilhões devem ser arrecadados em royalties, calcula a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Capitalizadas pela alta do petróleo, as empresas têm mais chance de apresentar lances elevados nesse leilão, avalia o professor do Grupo de Economia da Energia da UFRJ (GEE) Helder Queiroz. Além disso, a expectativa é de que os reservatórios das quatro áreas que vão ser oferecidas – Saturno, Titã, Pau-brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde – guardem mais de 12 bilhões de barris de óleo.

Todas as grandes petroleiras estão inscritas para participar da concorrência – Chevron, ExxonMobil, Shell e Total –, além da chinesa CNOOC, uma das sócias de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, e a Petrobrás, que garantiu posição de liderança apenas em uma das áreas, a Sudeste de Tartaruga Verde, continua a outros reservatórios liderados por ela. A estatal tem o direito de decidir previamente se ficará à frente dos projetos de pré-sal, com participação mínima de 30%.

Na opinião do presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, o leilão "será um imenso sucesso". "A empresa se sente confortável competindo", disse. Em seguida, Monteiro afirmou que o pior momento da crise na empresa foi ultrapassado: "Não temos mais 'sofrência' na Petrobrás, que retomou a capacidade de investir", complementou.

Insegurança. Entre as petroleiras, no entanto, o clima é de insegurança quanto a possível entrada de um novo presidente da República que interrompa os leilões retomados por Temer. Presidentes de grandes petroleiras afirmam, porém, que nenhuma decisão de investimento será tomada em função do cenário eleitoral. André Araujo, da Shell Brasil, diz que vai se comportar na 5.ª Rodada da mesma forma que nos leilões passados. "Avaliaremos as oportunidades seguindo critérios técnicos, geológicos", disse o executivo.

Já o presidente da norueguesa Equinor no Brasil, Anders Opedal, disse que o País é "um excelente lugar para estar" e que "toda eleição tem sua peculiaridade", mas que a empresa projeta seus investimentos pensando no longo prazo e não no momento das apostas.

O Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), que representa as petroleiras, se antecipa a possíveis surpresas e reforça o discurso em defesa da continuidade dos leilões. "Já avançamos e não podemos frear", afirmou o presidente da entidade, José Firmo, na última segunda-feira, ao abrir a Rio Oil&Gas, em referência ao estabelecimento de um calendário de leilões até 2020.

O Tribunal de Contas da União (TCU) exigiu que o governo aumentasse o compromisso de retorno mínimo à União – o lucro óleo, que representa fatia da produção devolvida ao governo, o que só deve acontecer de cinco a oito anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/09/2018

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Leilão da Eletrobrás arrecada R\$ 1,3 bi, abaixo do esperado

Dos 18 lotes oferecidos ontem em projetos eólicos e de transmissão de energia, apenas 11 foram arrematados

A Eletrobrás arrecadou R\$ 1,3 bilhão, ontem, na venda de participações em projetos eólicos e de transmissão de energia. O resultado do leilão ficou abaixo da expectativa de especialistas, que não viram uma disputa agressiva na licitação, mas também não esperavam que tantos projetos ficassem sem ofertas, que foi o caso dos empreendimentos mais caros. A expectativa inicial era arrecadar R\$ 3,1 bilhões. Dos 18 lotes oferecidos, 11 foram arrematados.

O presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, destacou, porém, que considerando apenas os lotes vendidos, o ágio foi de cerca de 2%. Dos oito lotes de geração eólica, a companhia conseguiu comercializar apenas três, todos arrematados pelo valor mínimo estabelecido, de R\$ 470,6 milhões. Já no caso dos empreendimentos de transmissão, foram vendidos 8 lotes, dos 10 ofertados, alguns com disputa de investidores, gerando uma arrecadação de R\$ 826,3 milhões, o que corresponde a um ágio de 3,3% ante o valor mínimo.

Ferreira Junior salientou que o valor arrecadado permite à Eletrobrás amortizar "quase 10%" da dívida líquida, de quase R\$ 17 bilhões. Os principais vencedores da disputa em número de lotes arrematados foram a transmissora de energia Taesa, controlada por Cemig e pela colombiana Isa, com três, e a elétrica Alupar, que venceu dois lotes sozinha e um por meio do consórcio Olympus VI. A estatal Copel e a Equatorial Energia também arremataram empreendimentos, um cada, assim como Brennand Energia, J. Malucelli e Serra das Vacas Participações.

Segundo Wilson Ferreira Jr., a companhia segue interessada em vender os projetos que não atraíram lances, que compreendem cinco ativos de energia eólica e dois de transmissão. Nos cálculos do executivo, a relação entre a dívida líquida e a geração de caixa da Eletrobrás deve recuar a perto de 3,1 vezes, ante um indicador de 3,4 vezes registrado no final do segundo trimestre. A meta da companhia é encerrar o ano com relação abaixo de 3 vezes.

Questionado se a frustração com a venda de todos os lotes atrapalharia a meta, ele afirmou que a companhia também conseguiu realizar outras iniciativas que permitirão a redução do endividamento e citou a venda de ações da Eletropaulo, dentro do processo de mudança do controle da distribuidora, além do acordo para encerrar uma disputa judicial.

O executivo admitiu, porém, que apenas parte dos recursos provenientes da venda dos lotes leiloados entrarão no caixa da empresa ainda em 2018. Isso será necessário respeitar o prazo para o exercício do direito de preferência, que pode chegar a 60 meses.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/09/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Petrobras limpa a barra nos EUA

A Petrobras fechou um acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e com a Securities and Exchange Commission (SEC, órgão equivalente à Comissão de Valores Mobiliários) para zerar as investigações sobre os casos de corrupção. A estatal vai pagar US\$ 853,2 milhões (cerca de R\$ 3,6 bilhões) para encerrar os processos. Como já havia feito outro acordo com os acionistas minoritários, a companhia ficou totalmente livre para operar nos Estados Unidos. A Justiça norte-americana considerou a Petrobras vítima do esquema de corrupção.

Do total, 80% ou US\$ 682,6 milhões (cerca de R\$ 2,88 bilhões) vão para o Ministério Público Federal do Brasil, que participou das investigações. “Os acordos atendem aos melhores interesses da Petrobras e de seus acionistas e põem fim a incertezas, ônus e custos associados a potenciais litígios nos Estados Unidos”, disse a Petrobras, em nota.

Com a decisão, as ações da petroleira brasileira dispararam ontem. As preferenciais subiram 6,29% e as ordinárias tiveram alta de 4,88%. No encerramento do evento setorial Rio Oil & Gas, o presidente da Petrobras, Ivan

Monteiro, destacou que, com o acordo feito com as autoridades americanas, acabou a “sofrência” da companhia. “Os avanços nos programas de anticorrupção implementados foram reconhecidos. As ações subiram e superaram R\$ 300 bilhões em valor de mercado”, disse.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, o “fantasma do exterior acabou”. “Isso é muito bom para empresa. Como é tomadora de recursos lá fora, precisa de uma imagem limpa. Com a resolução dos problemas, conseguirá reduzir juros de novos empréstimos e emitir papéis com mais credibilidade. Isso faz parte do processo de reconstrução da imagem da empresa”, destacou.

Segundo Pires, a credibilidade é fundamental para as empresas de óleo. “O mercado brasileiro é muito pequeno para uma companhia do tamanho da Petrobras. Agora, voltará a operar em igualdade de condições com as demais petroleiras”, disse.

No entender de Miguel Neto, sócio sênior do escritório Miguel Neto Advogados, a SEC reconheceu que a companhia melhorou em compliance e governança. “A multa livra a empresa de um processo que poderia ser mais pesado, mas o reconhecimento público de que as regras implementadas funcionaram melhora a credibilidade da companhia”, ressaltou. Com a chancela dos Estados Unidos, os ativos da petroleira voltarão a ser comercializados. “Mesmo que pudesse antes, com um órgão fiscalizador investigando, tinha liquidez, mas não podia colocar papéis novos. Agora, pode. A barra está limpa”, afirmou.

Preço da gasolina cai nas refinarias

A Petrobras reduziu o preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, válido para hoje, em 0,99% para R\$ 2,2159. Já o preço do diesel permanece em R\$ 2,2964, conforme tabela disponível no site da empresa. Em 6 de setembro, a diretoria da companhia anunciou que, além dos reajustes diários da gasolina, terá a opção de utilizar um mecanismo de proteção (hedge) complementar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/09/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Eletrobras arrecada R\$ 1,3 bi

O leilão de participações da Eletrobras em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) realizado ontem vendeu apenas 11 dos 18 lotes ofertados. A companhia arrecadou R\$ 1,3 bilhão dos R\$ 3,1 bilhões estimados, somente 40% do previsto. Os ativos das SPEs eram empreendimentos de geração eólica e de transmissão. Com exceção do lote J, todos os demais foram adquiridos pelos próprios sócios da Eletrobras. A estatal colocou à venda um total de 71 participações para reduzir o endividamento, de mais de R\$ 44 bilhões.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, disse que, considerando apenas o que foi vendido, o ágio foi de 2,08%. Dos oito lotes de geração eólica, a companhia conseguiu comercializar apenas três, todos pelo valor mínimo estabelecido, de R\$ 470,6 milhões. No caso dos ativos de transmissão, foram vendidos oito lotes de 10 ofertados, com arrecadação de R\$ 826,3 milhões, ágio de 3,3% ante o valor mínimo.

O lote F comprado pela J. Malucelli, que já detinha 51% restantes da SPE. Na transmissão, a Equatorial arrematou a participação restante no lote I, enquanto a Taesa, os lotes L e N, nos quais também é sócia, além do P, cuja participação majoritária é da sua controladora, a Cemig (51%). A Alupar venceu os lotes K e M, nos quais é controladora. A Copel arrematou o lote J, o mais disputado, com maior ágio, de 20,35%. Esse foi o único lote comercializado que oferecia participação de controle, de 75% do empreendimento.

Amortização

Satisfeito com o resultado do leilão, Ferreira salientou que o valor arrecadado permite à Eletrobras amortizar “quase 10%” da dívida líquida, que soma perto de R\$ 17 bilhões. Sobre os lotes não vendidos, o presidente da Eletrobras afirmou que a companhia conseguiu realizar outras iniciativas que permitirão a redução do endividamento, como a venda de ações da Eletropaulo. “Os ativos que não foram arrematados poderão ser colocados à venda novamente”, destacou.

O preço mínimo mais elevado foi estabelecido para o lote A (R\$ 635,6 milhões), da Santa Vitória do Palmar Holding. A Eletrobras tem 78% de participação no empreendimento, que reúne várias usinas de geração eólica, mas o lote não foi leilado por falta de interessados. Também não foram vendidos outros seis lotes (B, D, E, G, Q e R). Os dois lotes de energia eólica e cinco de transmissão que ficaram sem oferta correspondem a 10% da dívida líquida da companhia. **(SK)**

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 28/09/2018**Seção:** Negócios**Autor:** Amauri Segalla**Título:** A luta de Ometto contra a unificação do ICMS

Mercado S/A

O empresário Rubens Ometto, controlador da maior produtora de etanol do mundo, a Cosan, está perdendo o sono com a possibilidade de unificação do ICMS desse tipo de combustível em todo o território nacional. Segundo fontes próximas a ele, Ometto (**foto**) fará de tudo para frear a possibilidade de mudança das regras tributárias, que deverá reduzir a competitividade do combustível frente à gasolina, principalmente nos postos da região Sudeste, o maior mercado consumidor do país. Uma coisa pode não ter nada a ver com a outra, mas a verdade é que, profissional experimentado, o dono da Cosan está de olho nas próximas eleições. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ele doou R\$ 5,9 milhões a 45 candidatos a governador, deputado estadual, deputado federal e senador. Além disso, destinou recursos para quatro diretórios partidários. Sempre de acordo com o TSE, Ometto é o maior doador individual na campanha eleitoral de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 28/09/2018**Seção:** Brasil**Autor:** André Ramalho, Rodrigo Polito e Cláudia Schüffner | Do Rio**Título:** Setor vive clima otimista para último leilão do pré-sal sob Temer

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) realiza hoje a 5ª Rodada do pré-sal, com uma expectativa de arrecadação de R\$ 6,8 bilhões em bônus de assinatura, caso todas as quatro áreas oferecidas sejam arrematadas. A licitação é a última rodada do governo Michel Temer. Com a postergação do megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, para 2019, a 5ª Rodada ganha ainda mais importância dentro da estratégia das petroleiras, pois pode ser a última oportunidade de aquisição de blocos no polígono do pré-sal nos próximos anos, a depender da política do próximo governo para o setor.

Entre os agentes, o clima é de otimismo com a rodada. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse que espera que os quatro blocos sejam arrematados. Ele

estima que as áreas, que têm reservas estimadas em 2,4 bilhões de barris de petróleo recuperáveis, vão render R\$ 180 bilhões em impostos e participações governamentais ao longo dos 35 anos de concessão.

O presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, também prevê que a disputa será bem-sucedida. Durante cerimônia de encerramento da Rio Oil & Gas, ontem, Monteiro destacou que a presença de executivos das grandes petroleiras mundiais no evento reforça o sentimento de "retomada do otimismo da indústria" e que o aumento da concorrência com outras petroleiras é "salutar".

"A Petrobras se sente confortável competindo", afirmou.

Ao todo, 12 petroleiras estão inscritas para participar da rodada: Petrobras, ExxonMobil, Chevron, Total, BP, Shell, Equinor, Ecopetrol, as chinesas CNOOC e CNPC, a alemã Wintershall e a qatariana QPI. Serão oferecidas quatro áreas nas bacias de Santos e Campos: Saturno, Titã, Pau Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde (a única pela qual a Petrobras exerceu direito de preferência na aquisição). Saturno e Titã estavam incluídas na 15ª Rodada de concessões, mas foram retiradas daquela licitação pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que considerou que elas eram áreas estratégicas e que deveriam, portanto, ser licitadas sob o regime de partilha.

O presidente da Shell no Brasil, André Araújo, disse que a decisão da companhia de participar ou não da 5ª Rodada do pré-sal será tomada "técnica e comercialmente", independentemente do fato de o leilão ser o último antes de uma mudança na Presidência.

"Nosso comportamento na 5ª Rodada será o mesmo das demais rodadas... Não vamos tomar uma decisão porque pode ser que o cenário ficará mais fácil ou difícil. É uma decisão amparada economicamente, geologicamente, tecnicamente e comercialmente... Vamos avaliar a 5ª Rodada pela 5ª Rodada", disse.

Já o presidente da Equinor no Brasil, Anders Opedal, disse que questões de curto prazo, como indefinições políticas relacionadas às eleições, não têm impacto na decisão. "Nossos investimentos são de longo prazo. Temos uma visão positiva para o Brasil", disse. O executivo também afirmou que o gás natural será parte importante da transição energética da empresa no país. Ele disse esperar por iniciativas regulatórias que ajudem a aumentar o acesso ao gás no país.

Ele disse ainda que, independentemente das questões políticas, a companhia vem estudando as oportunidades das próximas rodadas, marcadas para 2019-2020.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/09/2018****Seção: Brasil****Autor: Cláudia Schüffner, André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Fim de subsídio ao diesel preocupa distribuidoras**

As distribuidoras de combustíveis estão preocupadas com a forma como vai terminar o pagamento de subsídio para o óleo diesel. O presidente da Raízen, Luis Henrique Guimarães, acha que o governo atual e o próximo deveriam começar a discutir uma fórmula de saída para os preços do diesel, lembrando que o subsídio termina dia 31 de dezembro.

Ele lembrou que algumas projeções sugerem que o petróleo pode chegar a custar US\$ 100 o barril (atualmente está na faixa de US\$ 81) e isso trará pressão adicional sobre os preços coincidindo com o fim do subsídio.

Ele defendeu uma saída gradual para a volta da liberdade de preços. O subsídio dado para encerrar a greve dos caminhoneiros em maio é de R\$ 0,30 por litro, sem considerar a redução adicional de R\$ 0,16 do PIS/Cofins que reduz o preço em R\$ 0,46. Uma retirada rápida desse valor, segundo Guimarães, pode fazer com que haja uma transferência bilionária de resultado de um elo da cadeia para o outro de um dia para outro.

Sobre as mudanças em estudo pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), Guimarães disse que o regulador deve ter cuidado na construção de um novo modelo para um mercado complexo como o de combustíveis. "É preciso entender primeiro aonde se quer chegar."

A Raízen planeja investir R\$ 2 bilhões nos próximos dois anos, e Guimarães disse que está "olhando com cautela para entender" a direção que o setor vai tomar. Segundo ele, a preocupação é com propostas de saída do subsídio de preços do diesel. "Se vai ser neste ano ou no ano que vem [não sabemos]. Se for no ano que vem, será preciso obviamente ter um compromisso de quem for eleito em outubro."

Essa também é a expectativa do presidente da BR Distribuidora, Ivan de Sá. "A partir de 1º de janeiro a gente está entendendo que volta a sistemática anterior, com preços livres. Obviamente estamos preocupados em saber qual é o nível de preço que vai estar na virada do ano. E temos visto o petróleo subindo, o câmbio subindo. E isso causa uma preocupação", disse Sá.

A BR reivindica receber cerca de R\$ 25 milhões por perdas com importação devido ao programa de subvenção do diesel. "Temos um período de transição que está sendo discutido [com o governo] como resolver esse valor. Estamos mostrando aos órgãos competentes quais são as perdas decorrentes disso", disse Sá, após participar do evento "O posto para além do combustível", na Arena **Valor** do Conhecimento, promovido pelo **Valor** e pelo Instituto Brasileiro do Petróleo na Rio Oil & Gas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/09/2018

Seção: Opinião

Autor: Pietro Erber

Título: Renda hidrelétrica

Usinas hidrelétricas têm, normalmente, vida útil bem mais longa do que o período necessário para a amortização do investimento realizado em sua construção. Após esse período, os custos da energia gerada são apenas os de operação e manutenção. Assim, entende-se por renda hidrelétrica a diferença entre estes custos e o valor da energia gerada, dado pelo custo marginal de expansão da oferta. Estima-se que essa renda, no Brasil, seja da ordem de R\$ 100/MWh.

Diferentes políticas de destinação dessa renda, cujo valor agregado poderá alcançar anualmente valores da ordem de R\$ 10 bilhões no final da próxima década, devem ser examinadas com o devido cuidado e antecedência, dado que este é um setor que sempre demandará relevantes recursos financeiros tanto para sua expansão quanto para a reposição de equipamentos e que, por outro lado, existem carências expressivas na oferta e na utilização da energia.

O fato de no Brasil as concessões para aproveitamentos hidrelétricos terem prazo definido não afeta o valor econômico da energia gerada e portanto, essa renda. Todavia, dado que, findo o período de concessão, essas usinas passam a ser propriedade da União, deixam de integrar as empresas às quais pertenciam e a União pode vendê-las e outorgar nova concessão ao adquirente.

Recentemente usinas que tinham pertencido à Cesp e à Cemig passaram por esse processo. Neste caso, a União recebe um capital que vai ser amortizado pelos consumidores, através da tarifa de venda da energia gerada pela usina. A batida do martelo do leiloeiro renova o valor contábil da usina. Além da União, ganha o comprador, pela diferença entre o valor pago pela usina e seu fluxo de caixa descontado. Mas nada é criado em benefício do setor elétrico, bem como do consumidor.

Entretanto, há outras possibilidades de apropriação da referida renda que favoreçam a maioria dos consumidores e mesmo a sociedade, mas sem incorrer na falácia de confundir valor contábil com o econômico, que embasou o mantra "o mercado já pagou estas usinas" e a MP 579. O consumidor pode ser antigo (a maioria não é), mas a decisão de consumir é sempre nova. Energia é um bem escasso, e portanto, seu uso tem de ser pago. O que se vai fazer com a receita é outra questão, que se quer examinar aqui.

Em princípio, a renda hidrelétrica deveria ser utilizada em benefício dos consumidores de energia elétrica, mediante investimentos para ampliar a oferta ou para cobrir custos setoriais, arcados por todos os consumidores, como os encargos do sistema. Num caso aumentaria a capacidade de autofinanciamento do setor elétrico e no outro reduziria as tarifas. Pode-se ainda justificar que parte desses recursos seja destinada a outros setores de interesse da sociedade, tais como saneamento, saúde e educação.

Renda poderia ser usada em investimentos para ampliar a oferta de energia ou para cobrir custos setoriais

Caso a concessão tenha caducado e a usina tenha sido incorporada ao patrimônio da União, ela poderia continuar a ser gerida pela empresa de origem como Bem da União Sob Administração. A receita da venda da energia da usina, bem como seus custos de operação e manutenção, mais uma parcela de custos de administração, seriam contabilizados separadamente. A renda resultante caberia à União, que poderia destiná-la à Eletrobrás ou ao BNDES, para fins de investimento ou à CCEE, para cobertura de encargos do sistema.

A concentração desses recursos decorrentes da renda hidrelétrica em um agente da União permitiria que, a cada momento, estes sejam destinados às finalidades em linha com as políticas e o com o modelo definidos para o setor elétrico. A participação societária até determinado limite e/ou as características de financiamento dos projetos devem ser uma decorrência dessas definições.

A eventual escolha da Eletrobrás como esse agente, que pode ser benéfica se corretamente entendida, impõe profundas alterações de papéis e de gestão na empresa, além de ampla recuperação de sua competência técnica e de gerenciamento de projetos, visto que nos últimos anos sua atividade foi concentrada na área financeira e houve significativa perda de quadros.

A implementação duradoura dessa proposta requer forte apoio legal, que a caracterize como política de Estado. Tratando-se de recursos da União, pois a renda hidrelétrica provém de usinas de sua propriedade, sua alocação ao setor elétrico dependerá de autorização do Congresso Nacional, onde poderá sofrer

significativas alterações, seja para finalidades estranhas a este setor, seja para despesas governamentais genéricas.

Nesses casos a renda hidrelétrica se configuraria como um imposto adicional pago pelos consumidores de energia elétrica. Não reduziria suas tarifas nem os custos de expansão e reposição do setor com maior autonomia financeira dos investidores. Ainda assim, entende-se que faria sentido destinar parte dessa renda a investimentos de interesse social, já mencionados.

Para assegurar que tais recursos permaneçam, em sua maior parte, no setor elétrico, beneficiando os consumidores e a sociedade, será necessário que uma lei os destine a finalidades específicas, como a cobertura de despesas com combustíveis, o que reduziria as tarifas ou a investimentos que contribuam para a sustentabilidade da oferta de energia, tais como os implicitamente previstos nos compromissos assumidos pelo país na COP 21, de 2015, pelo Acordo de Paris.

Mesmo que não contribuam para reduzir as tarifas, tais investimentos reduzirão as externalidades negativas do setor elétrico contribuindo para evitar a mudança de clima, particularmente prejudicial para as populações mais carentes. Ainda assim, caberá atentar para as limitações de caixa do governo federal e para os lépidos jabutis que rondam o Congresso, que poderão reduzir os benefícios que essa renda poderá proporcionar, se bem administrada.

Pietro Erber é diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Maria Cristina Fernandes, Cristiano Romero, Fernando Torres e Renato Rostás | De São Paulo

Título: Petrobras fecha acordo nos EUA com autoridades para evitar processos

A Petrobras fechou ontem um acordo com autoridades americanas para encerrar a investigação que recaía sobre a estatal e aceitou pagar uma multa de US\$ 853 milhões, menor do que o mercado esperava. Essa operação fecha um capítulo de incertezas na história da companhia, já que a livra de potenciais ações que enfrentaria nos Estados Unidos, decorrentes do escândalo de corrupção deflagrado pela Operação Lava-Jato no Brasil.

Somada essa multa aos acordos fechados em processos individuais e na "class action" dos EUA, além da baixa contábil realizada no fim de 2014 por conta das propinas recebidas, a conta a pagar pelos ilícitos chega a US\$ 6,73 bilhões.

Como até agora foram recebidos só US\$ 625 milhões de ressarcimento e haverá uma compensação tributária de US\$ 933 milhões por esse acordo de ontem, o saldo é negativo em US\$ 5,17 bilhões.

A notícia foi bem recebida pelos investidores. As ações ordinárias da estatal subiram 4,88% na B3, para R\$ 24,50. Os papéis preferenciais avançaram 6,29% e fecharam a R\$ 21,46

Em evento na Rio Oil & Gas, Ivan Monteiro, presidente da companhia, afirmou que o acordo encerra as investigações sobre o passado e reconhece avanços obtidos em conformidade. Segundo ele, o Departamento de Justiça americano "reconheceu a situação de vítima da Petrobras"

O acordo foi fechado após três anos de negociação e inclui o pagamento de US\$ 853 milhões (cerca de R\$ 3,5 bilhões), dos quais 80% (US\$ 682 milhões) serão desembolsados no Brasil. O destino desses recursos no país ainda será definido em tratativas com o Ministério Público Federal (MPF), mas deve incluir programas de promoção da transparência, cidadania e conformidade.

A Securities and Exchange Commission (SEC), regulador do mercado de capitais americano, receberá US\$ 85 milhões, valor que também será destinado ao DoJ, (Departamento de Justiça dos EUA). O conselho de administração da estatal aprovou o acordo na quarta-feira, em decisão unânime.

Como no acordo que encerrou a "class action" (uma espécie de ação coletiva da justiça americana) ficou acertado que a empresa deve US\$ 2,95 bilhões aos acionistas que tiveram prejuízo por conta da corrupção, dos quais US\$ 933 milhões já foram pagos, as autoridades dos EUA entenderam que a estatal pode abater contabilmente os US\$ 933 milhões, que vão se transformar num crédito que poderá ser usado para pagar impostos.

Legalmente, o acordo negociado pela Petrobras se encaixa na modalidade de "Non-Prosecution Agreement" (NPA), o mais suave para casos como esse. Sob um NPA, o governo americano abre mão de processar judicialmente a companhia envolvida em irregularidades, desde que os malfeitos sejam confessados e a empresa comprove que mudou efetivamente suas condutas.

O grupo Odebrecht e sua subsidiária Braskem, da qual a Petrobras é a segunda maior acionista, foram enquadrados no acordo de leniência que impõe condições mais severas, entre elas, multas elevadas - o "Deferred Prosecution Agreement" (DPA). As autoridades também abriram mão da ação judicial, mas as duas companhias foram obrigadas a pagar multa de US\$ 3,5 bilhões (cerca de R\$ 14 bilhões) e a aceitar que auditores externos, nomeados pelo DoJ,

trabalhem dentro da empresa para fiscalizar suas condutas, exigência não aplicada à Petrobras.

A Petrobras reconhece falhas nos controles internos e registros contábeis entre 2004 e 2012. O acordo tem validade de três anos e a estatal vai reportar o programa de "compliance" e melhoria de controles da companhia.

Ainda pesam sobre a companhia processos e arbitragens no Brasil, na Argentina e na Holanda. "Esses outros processos estão em estágio inicial e acreditamos que levará um tempo até termos alguma expectativa sobre o resultado", opinou o UBS, em relatório. O banco considerou positivo o fato de que a Petrobras não provisionar nenhuma quantia relacionada a esses processos.

Rafael Mendes Gomes, diretor de governança e conformidade da empresa, disse que o acordo com EUA é diferente do enfrentado na Holanda e na Argentina. "A grande diferença é que é um caso envolvendo autoridades. É muito diferente de disputas judiciais, que assim como muitas outras, a Petrobras tem e faz parte do dia a dia de uma empresa desse tamanho", disse na Rio Oil & Gas.

Investidores receberam bem o anúncio, com multa abaixo do esperado, e ações tiveram forte alta na B3

O executivo afirmou também que desconhece uma previsão de quanto poderia chegar o caso na Holanda e na Argentina. "Se tem, eu desconheço". O efeito nas demonstrações financeiras, explicou, depende de avaliação jurídica.

"O aspecto mais importante é que viramos esta página e o diretor de conformidade não precisa mais ficar ocupando mais da metade do tempo dele com um negócio que é passado", acrescentou o executivo.

O BB Investimentos comentou, em relatório, que o acordo fecha as portas para outras potenciais perdas futuras nos EUA e, por isso, é positivo. O impacto estimado é de R\$ 3,6 bilhões no resultado do terceiro trimestre. Para o banco, os valores desses outros processos provavelmente serão bem menores.

A agência de classificação de risco Moody's disse que o acordo é positivo para o perfil de crédito da estatal, mas não mexe em seu rating. A multa seria "significativamente menor do que a expectativa". Para a S&P Global Ratings, o anúncio reduz incertezas sobre possíveis contingências, mas também não trará impacto na nota de crédito da empresa.

(Colaboraram André Ramalho, Cláudia Schüffner e Rodrigo Polito, do Rio, Marcelle Gutierrez e Paula Selmi, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/09/2018****Seção: Empresas****Autor: Fernando Torres | De São Paulo****Título: Nos EUA, a vítima tem culpa e é responsabilizada**

O acordo fechado ontem pela Petrobras com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) é um novo marco para quem estuda e lida com a legislação americana anticorrupção no exterior, conhecida como FCPA.

Não havia dúvida sobre a existência de corrupção, descoberta pela força-tarefa da Operação Lava-Jato e que inclusive motivou um ajuste de R\$ 6,2 bilhões no balanço da companhia em 2014. E nem sobre o poder de jurisdição das autoridades americanas em relação à Petrobras, que tem recibos de ações (ADRs) negociados em bolsas dos EUA.

A grande questão que se colocava era o fato de a Petrobras, neste caso, não ser uma corruptora ativa clássica, que é o alvo principal do FCPA. A legislação americana tem como maior objetivo punir as empresas que pagam suborno a governos ou entidades assemelhadas no exterior para obter vantagens econômicas.

Em acordo, a estatal petrolífera assumiu responsabilidade pelos atos de seus ex-executivos

Definitivamente, não foi isso que ocorreu com a Petrobras. O que a investigação mostrou foi que executivos da estatal receberam propina. Que era paga pelos fornecedores, notadamente empreiteiras brasileiras, mas também multinacionais de outros segmentos. Um parêntese: todos os "pagadores" de propina que tiverem um pé nos EUA ainda poderão sofrer sanções relacionadas ao FCPA, assim como ocorreu com a Odebrecht.

Voltando. Um aspecto importante é que o dinheiro repassado pelos fornecedores aos ex-executivos da Petrobras vinha de um superfaturamento dos contratos para incorporar o valor da propina. Em última instância, portanto, o dinheiro do suborno saía do próprio caixa da Petrobras, embora houvesse essa triangulação.

Diante desse desenho do esquema de corrupção, em que os beneficiados eram os executivos da estatal como pessoa física, os agentes financeiros e doleiros que viabilizavam os pagamentos, os fornecedores que conseguiam os contratos

e os políticos e partidos que ficavam com sua parte do suborno, a Petrobras sempre se declarou vítima. E de fato era.

Com esse argumento, embora mencionasse a investigação conduzida pelas autoridades americanas nos seus balanços, a estatal costumava informar a investidores que não previa ter que fazer nenhum desembolso em decorrência de violação ao FCPA.

Porém, ao assinar o acordo ontem com o DOJ, embora ainda possa se dizer vítima, a Petrobras admitiu que, perante a legislação americana, ela também é responsável pelos atos de seus ex-executivos, conselheiros e empregados.

Os termos do acordo dizem ainda que a companhia não pode, em nenhuma comunicação pública, negar essa responsabilização criminal que lhe foi imputada por violação do FCPA.

Mas, afinal, se a Petrobras não foi corruptora ativa, como ela foi enquadrada na legislação anticorrupção pelos promotores?

Isso ocorreu porque o caso caiu no dispositivo do FCPA que obriga as empresas a manter os registros contábeis fiéis à realidade e a ter um sistema de controle interno que garanta a boa preparação dos balanços. Em inglês, é o capítulo conhecido como "books and records".

Quando publicou o balanço referente ao exercício de 2014, a Petrobras fez um ajuste para baixo de R\$ 6,2 bilhões no valor de seu ativo imobilizado, item do balanço que incluía as obras das refinarias superfaturadas, por exemplo.

Embora soe um pouco bizarro, a explicação técnica para o ajuste era que esses valores foram, na essência, pagamento de propina, e, como tal, deveriam ser tratados como despesa do exercício em que o suborno foi desembolsado, e não capitalizados como investimento de longo prazo.

Num exemplo: se o contrato da obra era de R\$ 100, incluindo 3% de propina, apenas R\$ 97 deveriam ser registrados como ativo imobilizado. E os outros R\$ 3 seriam considerados despesa do período.

O ajuste que foi realizado é a prova material de que o ativo imobilizado da companhia e os lucros dos anos anteriores estavam superestimados no valor corrigido. E aí fica clara a violação do capítulo de "books and records" do FCPA.

Ao determinar o valor da pena de US\$ 853 milhões, que embute um desconto de 25% ante o piso da pena prevista nesses casos, o DOJ reconheceu tanto a colaboração total da Petrobras nas investigações como seu papel de vítima.

A diferença é que, neste caso, segundo a legislação americana, a vítima também foi responsável.

No Brasil, até agora, os investidores não tiveram nenhuma indenização direta da estatal. Se beneficiam, indiretamente, quando ela recebe ressarcimento destinado pelo Ministério Público.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Maria Cristina Fernandes | De São Paulo

Título: Destaques

Cemig e Andrade

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou uma medida cautelar requerida pela Cemig e pela Andrade Gutierrez para anular uma nova capitalização na hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira (RO). Agora, ou as sócias subscrevem até 1º de outubro sua parcela, que soma R\$ 218 milhões, ou terão sua participação diluída. A medida visava cancelar a decisão da assembleia geral extraordinária (AGE) da Madeira Energia (Mesa), holding controladora da concessão da hidrelétrica de Santo Antônio, realizada no fim de agosto, que aprovou uma capitalização de R\$ 1 bilhão na companhia, na qual os sócios Odebrecht, Furnas e FIP Amazônia (Odebrecht e FI-FGTS) subscreveram mediante a conversão de créditos da ordem de R\$ 750 milhões detidos com a companhia. Na decisão, o juiz Eduardo Palma Pellegrinelli escreveu que a suspensão da capitalização poderia ter como consequência a recusa do BNDES em negociar a dívida da companhia, "o que pode determinar a recuperação judicial ou a falência da Santo Antônio Energia".

Participações da CEB

A Companhia Energética de Brasília (CEB) espera concluir em 10 de outubro a fase de audiência pública referente ao leilão de suas participações acionárias em cinco usinas geradoras de energia: Energética Corumbá, CEB Lajeado, Corumbá Concessões, BSB Energética e Consórcio UHE Queimado. Os ativos estão avaliados em cerca de R\$ 700 milhões, conforme trabalho da consultoria Ceres, que lidera o consórcio estruturador da operação. Em outubro, estão previstas reuniões com investidores em São Paulo e Belo Horizonte. Já o leilão, deve ocorrer no fim de novembro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/09/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Rocha | De São Paulo****Título: Eletrobras se desfaz de ativos e fica perto da meta da dívida**

A Eletrobras conseguiu vender R\$ 1,3 bilhão em participações em ativos de geração eólica e transmissão de energia em um leilão realizado ontem, na B3. O resultado do certame foi bem recebido pelo mercado, apesar de só ter levantado 41% do preço total mínimo de todos os empreendimentos oferecidos, que somavam R\$ 3,1 bilhões. Foram vendidos 11 dos 18 lotes oferecidos, sendo três de geração eólica e oito de transmissão de energia. Segundo Wilson Ferreira Junior, presidente da Eletrobras, o leilão deve aproximar a companhia de cumprir a meta de alavancagem de 2018.

A empresa encerrou o segundo trimestre com alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 3,4 vezes, perto da meta de chegar a 3 vezes.

"Estamos próximos do objetivo, só de injetar R\$ 1,3 bilhão chegaremos muito próximo de 3 vezes, perto de 3,1 vezes", disse Ferreira Junior, em entrevista coletiva concedida ontem depois do leilão.

Segundo ele, o não interesse por sete lotes não atrapalha os objetivos da estatal de cumprir a meta. "Mas não significa que possamos parar com os desinvestimentos", disse. Para o executivo, o ingresso da maior parte dos recursos no caixa da estatal deve acontecer ainda neste ano, dependendo da conclusão das transações.

Os ativos não licitados ontem poderão ser objeto de um segundo certame, mas ainda não há decisão tomada sobre isso. "Estamos satisfeitos com o resultado do leilão", disse Ferreira Junior. "Entendemos que temos um conjunto de ativos que podem ser objeto de uma segunda etapa, mas a forma de fazer a venda vai ter que ser conversada com as autoridades que supervisionam a companhia, ministérios e o conselho de administração."

Segundo o executivo, como os projetos arrematados foram vendidos praticamente sem deságio, isso mostra que a precificação foi adequada. A falta de interessados por alguns dos ativos, segundo ele, pode ser resultado do prazo curto entre a publicação do edital e a realização do leilão, de pouco mais de um mês. "Talvez o pessoal precise de um tempo maior, tivemos também

manifestação sobre os preços, mas temos sempre. São as variáveis colocadas", disse.

Participações nos sete lotes que não atraíram investidores podem ser objeto de um segundo leilão, ainda sem data

Os três lotes de geração eólica que tiveram interessados receberam ofertas apenas dos sócios da Eletrobras nos empreendimentos, todos pelo preço mínimo. Foram compradoras as companhias Eólica Serra das Vacas, J Malucelli, e Brennand Energia.

Em transmissão, a maior competição aconteceu pelo Lote J, na qual a Eletrobras tinha 75% de participação. A estatal paranaense saiu vencedora, com uma proposta de R\$ 87,24 milhões, ágio de 20,35%, derrotando o consórcio Olympus VI (Alupar, operadora com 25% e Perfin, com 75%), que ofereceu ágio de 2%, e a Cteep, que tinha proposto ágio de 8,43%.

As principais vencedoras foram Taesa e Alupar, que levaram três lotes cada uma, sendo que um dos ativos foi arrematado pela última por meio do consórcio Olympus VI, em parceria com a Perfin. As duas transmissoras protagonizaram um dos momentos mais inusitados do certame.

As duas, que são sócias da Eletrobras no Lote M, apresentaram propostas de R\$ 78,37 milhões pela participação da estatal, sem ágio em relação ao valor mínimo. Com isso, foram para a disputa no viva-voz, na qual não apresentaram novas ofertas. Foi aberto, então, um prazo para que as proponentes fizessem novas ofertas em escrito pelo lote, mas as duas apenas repetiram as propostas originais, sem ágio. A disputa foi definida por meio de um sorteio, na qual a Alupar saiu vencedora.

O lote em questão envolve as empresas Transirapé, Transleste e Transudeste, as chamadas Transmineiras. A Eletrobras colocou à venda sua participação média de 24,5% nos empreendimentos. A estatal tinha como sócias no projeto a Taesa, com 24,5%, e, por meio de controladas, a Alupar, com 41%.

A Taesa disse que vai exercer seu direito de preferência no Lote M, de acordo com os termos do acordo de acionistas, dentro do prazo de 60 dias, conforme previsto no edital. Ao **Valor**, o presidente da transmissora, Raul Lycurgo, disse que, se a cláusula do acordo for exercida de acordo com a interpretação da companhia, esta ficará com toda a fatia da Eletrobras no empreendimento, apesar de ter perdido a disputa para a Alupar no leilão.

A Taesa ficou com outros três lotes, sendo que, em dois deles, na Empresa de Transmissão do Alto Uruguai e na Brasnorte, a companhia já é operadora dos

empreendimentos. Na Companhia de Transmissão Centroeste, a Taesa arrematou os 49% pertencentes à Eletrobras por R\$ 46,16 milhões, e avalia fazer uma proposta pelos 51% restantes, pertencentes à Cemig. "Vamos conversar com a Cemig para ver se há efetivamente interesse em venderem a participação, uma vez que já é de conhecimento público e notório que a companhia tem interesse em fazer desinvestimentos", disse Lycurgo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/09/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Prumo quer refinaria no Porto Açu até 2030

A Prumo Logística, empresa controlada pela EIG e que opera o Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), quer atrair investimentos para instalação de uma refinaria no complexo portuário até 2030. O presidente da companhia, José Magela, conta que a intenção é, num primeiro momento, investir em tancagem e serviços de tratamento e "blending" (mistura) de petróleo. A Açu Petróleo, joint venture entre Prumo e a Oiltanking, tem hoje contratos com a Shell e Galp para o transbordo do petróleo no porto. A ideia é que em cinco anos a companhia já tenha uma infraestrutura instalada para tancagem e tratamento e que, até 2030, seja instalada uma refinaria no porto.

Magela disse ao **Valor** que a Prumo tem mantido contato com potenciais interessados e que estudos preliminares feitos pela empresa indicam a viabilidade de construção de uma refinaria com capacidade para entre 200 mil e 300 mil barris/dia. "Naturalmente temos que assumir algumas premissas... Tem que haver competição, não podemos ter um mercado monopolístico, os preços praticados não podem ter interferências externas, e as barreiras regulatórias precisam ser derrubadas. Com isso todo mundo ganha", disse.

Segundo o executivo, é "natural" que a companhia mire oportunidades de instalação de uma refinaria no local, dada a proximidade com matéria-prima, incentivos fiscais (o Açu está dentro de uma zona de processamento de exportação) e mão de obra. "É natural que estejamos olhando para refinarias, petroquímica, fábricas de fertilizantes. Não quer dizer que vamos desenvolver como Prumo, mas que vamos criar mecanismos para viabilizar esses negócios para que eles se instalem no porto", afirmou.

No gás, a ideia é transformar o Açu num hub de distribuição do pré-sal. A empresa está construindo duas termelétricas a GNL no local, a base de gás

natural liquefeito (GNL), mas a intenção é construir uma rota de escoamento do gás nacional passando pelo porto.

A companhia já iniciou a construção da primeira térmica, de 1.300 megawatts, prevista para começar a operar em janeiro de 2021. Segundo Magela, o cronograma é "apertado", mas a companhia está dentro dos prazos. Já a construção da segunda usina, de 1.600 MW, será iniciada em 2019 e aproveitará parte dos mais de mil trabalhadores envolvidos nas obras da primeira unidade. A segunda termelétrica está prevista para entrar em operação em janeiro de 2023, mas há possibilidade de "alguma antecipação".

As usinas consumirão, juntas, cerca de 12 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, no despacho pleno. As unidades serão abastecidas por um terminal de GNL. O navio responsável pela regaseificação terá capacidade para 22 milhões de m³/dia e chegará ao porto no fim do ano que vem. O combustível importado será fornecido pela BP. A Prumo e a britânica formaram uma comercializadora de gás e energia, para buscar clientes para o gás importado.

Ele destaca, no entanto, que a companhia vê espaço para que, no futuro, essas usinas operem com gás nacional. Este mês, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) abriu uma tomada pública de contribuições para discutir mecanismos de substituição de GNL por gás doméstico nos contratos de fornecimento de gás, quando projetos de produção de gás ainda em fase de desenvolvimento começarem a operar.

"Queremos realmente habilitar a chegada de gás natural no Açu, com a substituição [de GNL por gás nacional] e ou alimentação de outras térmicas [com o gás nacional]", disse. Segundo Magela, o Açu tem licença para instalação de outros 3,4 mil MW térmicos, mas a empresa vê espaço para ultrapassar essa capacidade instalada.

Para o executivo, no entanto, a consolidação do hub depende da criação de um marco regulatório mais atrativo a investimentos. Magela disse acreditar que a modernização regulatória do gás fará parte da agenda do próximo governo, independentemente de quem vencer. "A agenda atende a qualquer ideologia que possamos ter num futuro próximo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Petróleo liderou alta das commodities em setembro

As matérias-primas industriais engataram uma tendência de alta durante setembro, apesar das ações do presidente americano, Donald Trump, que analistas creem pressionar os preços desses produtos. Dentro do complexo de metais não ferrosos, contudo, houve dissonância, coma disputa comercial entre Estados Unidos e China pesando mais sobre algumas commodities.

O maior destaque do mês, contudo, é o petróleo, e sobretudo o de tipo Brent. O barril, que é a maior referência do mercado internacional, se valorizou em 5,6% durante setembro até ontem na ICE Futures de Londres, atingindo o nível de US\$ 81,72 cada, considerando o primeiro contrato disponível. Desde o fim de 2014 a cotação não era tão alta. No caso do WTI, o avanço mensal foi de 3,3% na Nymex, de Nova York, para US\$ 72,12. No ano, ambos acumulam ganhos de 23% e 19%, respectivamente.

Os apelos de Trump, principalmente na rede social Twitter, não tiveram efeito. O chefe máximo do Executivo americano demandou que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevasse a oferta para conter a alta dos preços neste ano, mas em reunião com seus aliados, o cartel histórico decidiu manter o status quo.

Por isso, a maioria dos analistas aposta em continuidade da valorização. O Bank of America Merrill Lynch (BofA) estima US\$ 80 no fim do ano e de US\$ 95 em junho. Para o Citi, se os riscos de menor produção no Irã, no Iraque, na Líbia, na Nigéria e na Venezuela se concretizarem totalmente, a cotação pode atingir US\$ 100 no quarto trimestre. A consultoria Fitch Solutions (ex-BMI Research) vê como justificável a manutenção dos preços acima dos US\$ 80 no curto prazo.

Para o WTI, as projeções são menos otimistas. O gargalo de infraestrutura de transporte pelo qual os EUA passam para escoar a oferta fez com que os estoques no país se elevassem. Isso serviu para impedir uma alta mais relevante nesse tipo de barril. O BofA, por exemplo, aguarda patamar de US\$ 70 até o fim de 2018. O desconto do mercado para o WTI, ante o Brent, tem ficado acima de US\$ 8 durante o mês todo, sendo que até então no ano a média havia sido de US\$ 5.

Existe também um alerta na outra ponta do fundamento econômico. O mercado ainda não começou a botar essa possibilidade totalmente no papel, mas o petróleo caro demais pode começar a tornar seu consumo muito custoso, derrubando a demanda. O Citi enxerga quase 500 mil barris diários a menos de procura com os preços muito tempo acima de US\$ 80. A consultoria Capital Economics crê em desaceleração econômica na China e nos EUA por causa da disputa comercial, diminuindo o consumo.

Atualmente, a oferta é menor que a demanda e há queima de estoques no mundo, mas há uma terceira possibilidade de reequilíbrio do mercado. O Commerzbank e o Goldman Sachs veem chance de o presidente americano lançar parte de suas reservas estratégicas no mundo para desvalorizar a commodity. Os EUA têm 660 milhões de barris guardados para emergências e o Goldman calcula que o governo poderia usar em 500 mil barris diários durante dois meses, ou 30 milhões de barris no total.

Minério de ferro também teve um mês positivo, com produto de 62% de teor fechando acima de US\$ 68 na China

Para o minério de ferro, o mês também foi positivo até agora, apesar do avanço em menor intensidade. O insumo resistiu à pressão dos desligamentos de capacidade siderúrgica na China por razões ambientais e às dúvidas quanto à saúde econômica global em meio à disputa EUA-China no comércio exterior.

Os preços da matéria-prima com pureza média de 62% entregue no porto chinês de Qingdao subiram 3,5% em setembro até ontem, para US\$ 68,67 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Com isso, a média de cotação no terceiro trimestre atinge US\$ 66,87, 1,4% acima do período de abril a junho, mas perda de 6,4% em comparação anual. No acumulado de 2018, a commodity ainda cai 5,4%.

O UBS afirma em relatório que espera manutenção desse patamar maior que US\$ 65 por tonelada, com "margem de erro" de US\$ 5 para cima ou para baixo, dado o prêmio que os compradores chineses têm pago pelo material de maior qualidade. A projeção para a média de 2019 aumentou de US\$ 65 para US\$ 67 - até agora em 2018, marca US\$ 69, 3,3% a menos que em 2017.

Dentre os metais não ferrosos, o melhor desempenho em setembro foi o do zinco. O metal ficou estável na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), cotado em US\$ 2.506 por tonelada. Para a Capital Economics, esse bom momento é passageiro, por conta do excesso de oferta das minas existentes, que se confronta com a demanda, em especial da galvanização do aço, ainda engatinhando.

A performance mais negativa foi a do alumínio, que sofreu perdas de 5,1% no período, terminando em US\$ 2.030. O níquel recuou 4,1%, para US\$ 12.560, e o cobre registrou desvalorização de 2,8%, para US\$ 6.187.

MME / ASCOM .